



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2015 (Do Sr. Eduardo Barbosa)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor **Joaquim Vieira Ferreira Levy**, Ministro de Estado da Fazenda, a respeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Ministério das Relações Exteriores, bem como a redução das dotações orçamentárias destinadas a essa Pasta.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Joaquim Vieira Ferreira Levy a respeito das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), bem como da redução das dotações orçamentárias destinadas a essa Pasta.

Considerando a missão constitucional da Câmara dos Deputados de fiscalizar a atuação dos órgãos e entidades da União e, ainda, tendo em vista os sucessivos cortes orçamentários impostos ao MRE, solicitamos ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Vieira Ferreira Levy, que nos esclareça as seguintes questões:

1 – Quais as embaixadas, consulados e representações diplomáticas brasileiras no exterior deixaram de receber recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas de custeio e de pessoal nos últimos 12 (doze) meses?

2- Quais os motivos que explicam a falta do repasse de que trata o item 1 acima?



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

É com preocupação que acompanhamos as notícias veiculadas pela imprensa nacional acerca das dificuldades financeiras que têm atingido as embaixadas e consulados do Brasil no exterior, que, de um modo geral, enfrentam contingenciamentos desde meados do ano passado.

Recentes matérias publicadas em jornais de grande circulação dão conta da falta de dinheiro para o pagamento de despesas referentes a itens básicos, como aluguel, energia elétrica, luz, aquecedor, provedor de internet e outros, comprometendo o bom funcionamento das representações diplomáticas brasileiras no exterior e o atendimento a brasileiros em situação de vulnerabilidade que estão em outros países. Pelo menos cinco postos brasileiros no exterior tiveram multas cobradas por atraso no pagamento de locações imobiliárias, e funcionários chegaram a ficar três meses sem receber auxílio moradia.

A redução da participação do Itamaraty no orçamento do Poder Executivo tem impacto ainda maior se levarmos em conta a criação de 77 novas embaixadas, consulados e representações durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Esse número representou mais da metade das 150 então existentes, o que demandaria, a rigor, um incremento das dotações orçamentárias, tanto para custeio quanto para pessoal, e não uma redução, como a que ora se observa.

De acordo com dados obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), nos três primeiros anos do governo da Presidente Dilma Rousseff, o valor reservado no Orçamento Geral da União para a Pasta cresceu apenas 3,7%, tendo sido o sexto órgão a crescer menos. De 2003 a 2005, os três primeiros anos do Governo Lula, a quantia reservada para o ministério subiu 14%.

Ainda de acordo com informações do Siafi, a participação do orçamento do Itamaraty no total do Executivo caiu quase à metade em 2013 em relação ao ano de 2003: de 0,5% para 0,28%. Em 2014, os números observados até 8 de dezembro mostram parcela ainda menor: os 2,54 bilhões de reais gastos em custeio e pessoal representam 0,27% do total empenhado em relação ao orçamento destinado aos outros ministérios e à Presidência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O cenário futuro para o Ministério das Relações Exteriores é ainda mais preocupante, visto que a Pasta trabalhou com um orçamento de, aproximadamente, R\$ 2,6 bilhões em 2013 e R\$ 2,62 bilhões em 2014. Neste ano, porém, a previsão orçamentária passa pouco de R\$ 2, 4 bilhões.

A perdurar esse quadro, a execução da política externa brasileira será irremediavelmente enfraquecida, colocando a perder o protagonismo alcançado pelo Brasil no cenário internacional, além de comprometer o bom funcionamento das embaixadas e consulados brasileiros no exterior, em especial o atendimento a brasileiros em situações de emergência.

Esclarecemos que as informações aqui solicitadas foram encaminhadas ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, que manifestou não ser de competência daquele Órgão responder tais questionamentos e sugeriu que os mesmos fossem expedidos ao Itamaraty e ao Ministério da Fazenda.

Diante de todo o exposto, dada a necessidade de esclarecermos o atual quadro de dificuldades financeiro-orçamentárias que atingem o Itamaraty, aguardamos as respostas pertinentes às indagações constantes deste requerimento.

Brasília, em 31 de março de 2015.

Deputado **Eduardo Barbosa**
(PSDB/MG)